

13 SET 1990

orçamento

CORREIO BRAZILIENSE

Alves quer Governo usando verba extra contra crises

O deputado João Alves (PFL-BA), relator do projeto de revisão orçamentária aprovado pela comissão mista de orçamento do Congresso, propôs ontem ao ministro Bernardo Cabral, da Justiça, que o Governo adote a proposta orçamentária sugerida pela comissão legislativa e passe a realizar despesas mediante a abertura de créditos extraordinários, nos termos facultados pelo artigo 167 (parágrafo 3º) da Constituição. Esse dispositivo prevê a abertura de crédito extraordinário para atender despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

O plenário do Congresso não poderá apreciar o projeto de revisão orçamentária, segundo João Alves, "por absoluta falta de quorum para votação, decorrente da campanha eleitoral em que estão empenhados os parlamentares". Sem a votação da revisão orçamentária, os três Poderes da República ficarão impossibilitados de realizar qualquer tipo de despesa, seja de custeio ou investimento, assim que terminarem as atuais dotações. A previsão é de que as verbas acabem até o final deste mês.

Segundo informa o parlamentar baiano, deverão ser paralisados diversos serviços da administração do Congresso, inclusive os de transporte e passagens, de



João Alves

processamento de dados, de limpeza e restaurantes, além de outros cuja manutenção depende de dotações constantes do projeto". João Alves alerta Cabral de que problemas semelhantes serão enfrentados pelo Poder Judiciário, que não poderá funcionar sem os créditos previstos na revisão orçamentária.

Na correspondência ao ministro da Justiça, o relator do projeto de revisão orçamentária reconhece, finalmente, que a pior situação será a do próprio Governo, "porque ele possui dezenas de hospitais, cujo funcionamento depende desses recursos, assim como os serviços administrativos em geral, manutenção de escolas e universidades, água, luz, limpeza, transporte e alimentação", além de diversos serviços de assistência a menores, pessoas idosas e doentes.

"Em consequência de tudo isso — conclui o parlamentar baiano — poderá surgir um estado de calamidade pública ou de comoção interna, com doenças coletivas, invasões e choques entre os Poderes e as pessoas, se o Governo não adotar medidas urgentes para resolver o problema, já que a ele cabe evitar a paralisação das atividades do Estado".

Esse quadro, de acordo com João Alves, cria as condições necessárias para a realização de despesas com base na abertura de créditos extraordinários. O relator sugere a adoção pelo Governo do projeto de revisão orçamentária votado pela comissão mista do Congresso, assegurando seu empenho pessoal e o apoio de toda a comissão para respaldar a iniciativa do Executivo.